



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42012 - SP (2021/0210964-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
RECLAMANTE : KAPITAL CONSULTORIA E REVISAO DE CREDITO EIRELI
ADVOGADOS : WILLIANS DUARTE DE MOURA E OUTRO(S) - SP130951
CÉLIO JOSÉ BARBIERI JÚNIOR - SP243413
ANTONIO CARLOS DOS REIS JUNIOR - SP270978
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : TELEFÔNICA BRASIL S.A

DECISÃO

Cuida-se de reclamação sem pedido de liminar formulada por KAPITAL CONSULTORIA E REVISAO DE CREDITO EIRELI, com fundamento no art. 105, I, f, da Constituição Federal, contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que não conheceu do agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório.

Trata-se de reclamação manifestamente incabível.

Nos termos do § 2º do art. 1.030 do Código de Processo Civil, cabe agravo interno da decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que aplicou tese firmada em recursos repetitivos.

Nesse contexto, a jurisprudência é no sentido de ser incabível a interposição do agravo previsto no art. 1.042 do CPC a fim de contrapor a decisão que negou seguimento ao recurso especial ante a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência consolidada pela sistemática repetitiva do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL. SEGUIMENTO NEGADO. RECURSO REPETITIVO (CPC/2015, ART. 1.030, I, "B"). INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC/2015. ERRO INESCUSÁVEL. INSURGÊNCIA NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O CPC/2015, em seu art. 1.030, § 2º, prevê expressamente o cabimento de agravo interno contra decisão que nega seguimento a

recurso especial com fundamento no inciso I do artigo mencionado.

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, **"é incabível agravo em recurso especial contra decisão que nega seguimento a apelo nobre na hipótese em que a matéria tenha sido julgada em harmonia com tese definida em recurso repetitivo, sendo cabível o agravo interno"** (AgInt no AREsp n. 1.703.829/PR, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/9/2020, DJe 24/9/2020), o que ocorreu.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1819666/MS, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 17/05/2021, grifo meu)

Assim, não há usurpação de competência deste Tribunal Superior quando o agravo, obstado na origem, é manifestamente incabível, razão pela qual não se admite o manejo da via reclamationária. Precedentes: AgInt na Rcl 35.666/SP, Relator Ministro Luiz Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 28/5/2018; AgInt na Rcl 38.845/SP, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe 21/08/2020.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a presente reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente